



Universidades Lusíada

Barros, Manuel Agostinho, 1980-

Os contornos sócio-económicos e securitários da petrodependência dos Estados : o caso de Angola

<http://hdl.handle.net/11067/3791>

<https://doi.org/10.34628/tn6y-mh62>

Metadados

Data de Publicação

2017

Resumo

A desvalorização do preço do petróleo a partir de 2014 trouxe uma série de problemas sócio-económicos para os petroestados, de forma particular Angola, que associado aos riscos ambientais subjacentes à indústria petrolífera exige uma nova actuação dos Estados. É neste sentido que o presente artigo assente numa abordagem analítica, ao examinar os possíveis contornos sócioeconómicos e securitários, ao mesmo tempo que propõe soluções alternativas, procura elevar o nível de consciencialização e de urg...

The falling of oil price since 2014 brought a number of socioeconomic problems to petro – states, particularly Angola, that associated with environmental risks underlying the oil industry requires new action by the States. That´s why this article based on an analytical approach to examine the possible economic and security implications, while proposing alternative solutions, aims to raise the level of awareness and the sense of urgency for both government and private actors on the need to gradua...

Palavras Chave

Comércio e indústria do petróleo - Angola, Angola - Condições económicas

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 15 (2017)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T07:18:55Z com informação proveniente do Repositório

OS CONTORNOS SÓCIO-ECONÓMICOS E SECURITÁRIOS DA PETRODEPENDÊNCIA DOS ESTADOS - O CASO DE ANGOLA

Manuel Agostinho Barros

Docente no Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda - Universidade Lusíada de Angola
Teacher at Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda - Universidade Lusíada de Angola

Resumo: A desvalorização do preço do petróleo a partir de 2014 trouxe uma série de problemas sócio-económicos para os petroestados, de forma particular Angola, que associado aos riscos ambientais subjacentes à indústria petrolífera exige uma nova actuação dos Estados. É neste sentido que o presente artigo assente numa abordagem analítica, ao examinar os possíveis contornos sócio-económicos e securitários, ao mesmo tempo que propõe soluções alternativas, procura elevar o nível de consciencialização e de urgência tanto para os actores governamentais como privados sobre a necessidade de reduzir gradualmente a dependência do sector petrolífero através da diversificação da economia.

Palavras-chave: Petróleo, Dependência, Economia e diversificação.

Abstract: The falling of oil price since 2014 brought a number of socio-economic problems to petro - states, particularly Angola, that associated with environmental risks underlying the oil industry requires new action by the States. That's why this article based on an analytical approach to examine the possible economic and security implications, while proposing alternative solutions, aims to raise the level of awareness and the sense of urgency for both government and private actors on the need to gradually reduce dependence on oil sector by diversifying the economy.

Keywords: Oil, Dependence, Economy and diversification.

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

- AED - Emirati Dirham
AEO - African Economic Outlook Organization
AOA - Angolan Kwanza (Kwanza Angolano "AKz")
BP - British Petroleum
CIA - Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos de América)
CO₂ - Dióxido de Carbono
EIA - Energy Information Administration
EUA - Estados Unidos de América
FMI - Fundo Monetário Internacional
IEA - International Energy Agency (Agência Internacional de Energia)
JA - Jornal de Angola
LNG - Liquefied Natural Gas (Gás Natural Liquefeito "GNL")
MINPLAN - Ministério de Planeamento e Desenvolvimento Territorial de Angola
MINFIN - Ministério das Finanças de Angola
OECD - Organization for Economic and Cooperation Development (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico "OCDE")
UN - United Nations (Organização das Nações Unidas "ONU")
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB - Produto Interno Bruto
SADC - Southern Africa Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
USD - US Dollar (Dólar Americano)
WTTC - World Travel and Tourism Council

1. Petróleo - enquadramento estratégico

O petróleo é um recurso natural de elevado grau de inflamabilidade composto essencialmente por uma mistura de hidrocarbonetos (hidrogénio e carbono) do qual derivam por processo de destilação numerosas substâncias de

grande importância económica no contexto actual como por exemplo a gasolina, gasóleo e querosene. A sua formação remonta há milhares de anos, a partir de restos de vegetais e animais, podendo encontrar-se em regiões *onshore* e *offshore*.

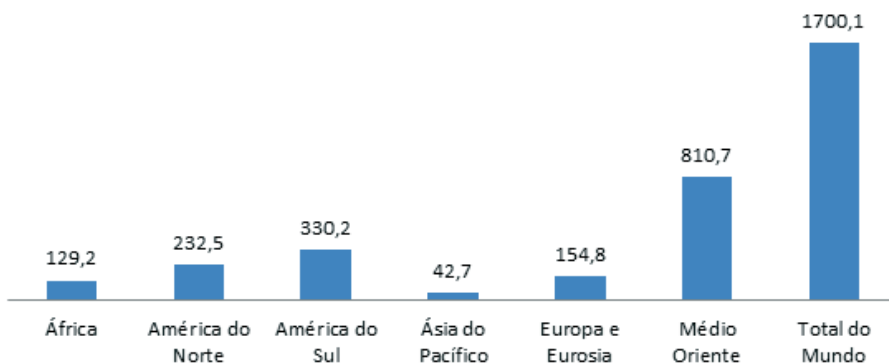
A ascensão do petróleo como recurso estratégico data do século XX quando substituiu o carvão como fonte primária de consumo mundial de energia. A sua aplicação é extensiva a diversos sectores da actividade humana, desde transporte à indústria, tornando-se num importante instrumento económico e político dos Estados.

Durante a II Guerra Mundial a posse e controlo do petróleo contribuiu para curso e desfecho do conflito. Para além disso, no pós-guerra passou a condicionar as relações económicas e políticas internacionais, assumindo um duplo papel. Por um lado, meio de cooperação, por outro, meio de tensão geopolítica. Para os países detentores o petróleo tem sido um importante vector de recuperação económica, de projecção de poder e de inserção política no concerto das grandes nações. Para as grandes potências, o petróleo é o principal interesse em algumas regiões do mundo que tem justificado acções políticas, estratégicas e militares.

1.1 Distribuição geográfica das reservas petrolíferas – assimetrias regionais

A disponibilidade mundial das reservas petrolíferas não é simétrica. Este facto eleva sua importância geoestratégica, fundamentalmente entre as potências industriais da comunidade internacional, cujo o acesso e controlo tem justificado disputas, competições e conflitos localizados como se tem verificado na instável região do Médio Oriente, alguns países africanos e no sudoeste asiático.

Gráfico 1 – Distribuição mundial das reservas petrolíferas em 2014
(mil milhões de barris)



Fonte: BP, 2015

1.2 O petróleo e a economia internacional

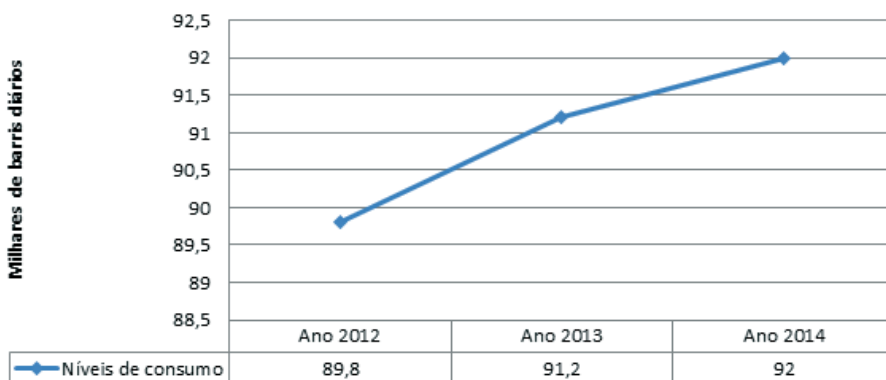
1.2.1 O impacto dos hidrocarbonetos no sistema económico mundial

O esforço de reconstrução do mundo pós II Guerra Mundial ficou assente numa matriz de desenvolvimento económico e social baseado na abundância e oferta de petróleo a baixos custos, o que impulsionou o aumento dos níveis de consumo deste recurso globalmente (Pulido e Fonseca, 2014, p.14-15). Desde o fim deste conflito mundial assiste-se um crescimento substancial do consumo de petróleo, particularmente na América do Norte, Europa Ocidental, e Sudoeste asiático, dado aos elevados níveis de industrialização e progresso económico.

Hoje como nunca antes, os hidrocarbonetos assumem cada vez mais um papel preponderante no desempenho das economias e no bem-estar das populações. Contribui para a expansão do comércio e da indústria, modernização da agricultura e melhoria dos transportes. Em diversas ocasiões a subida ou descida do petróleo teve impacto nas economias nacionais.

Entre 2000 e 2001, segundo o relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), publicado em Maio de 2004 (AIE, apud Pulido e Fonseca, 2004, p.42), o petróleo esteve na base da desaceleração da actividade económica nos países da OCDE. O aumento do preço do barril de 25 USD para 35 USD provocou uma perda de 0,4% do PIB na zona OCDE, com consequências no aumento das taxas de desemprego e da inflação.

Gráfico 2 - Evolução dos níveis de consumo mundial de petróleo 2012 - 2014 (milhares de barris diários)

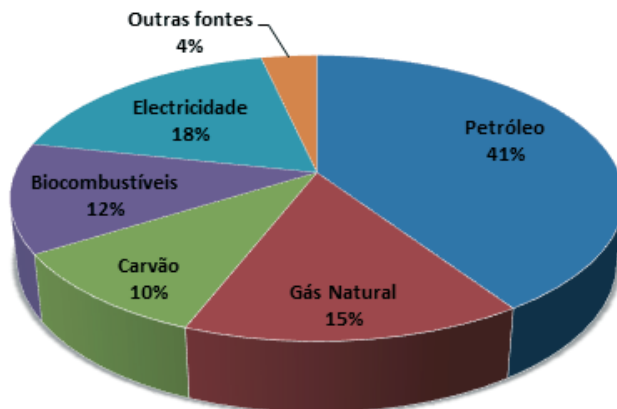


Fonte: BP, 2015

Como se deparou, a desvalorização do crude incidiu na subida dos serviços de electricidade e outros produtos derivados (combustíveis). A sensibilidade e

vulnerabilidade das economias às variações dos preços do petróleo depende do grau de dependência. Contudo, os efeitos da variação tendem a ser globais dado a interdependência entre os países.

Figura 1 – Portfólio energético mundial: o peso do petróleo em percentagem (%)



Fonte: IEA, 2015

1.2.2 A queda do preço de petróleo e as causas subjacentes

A acrescida valorização estratégica atribuída ao petróleo entre os recursos naturais eleva o seu grau de vulnerabilidade às mudanças geopolíticas e a especulação. Este factor tem sido uma das razões das constantes oscilações do seu valor no mercado. Por um lado, o seu preço no mercado pode subir ou descer por acção unilateral de um actor com capacidade de influenciar, como por exemplo o que sucede na balança energética entre a Rússia e a Ucrânia no caso específico do gás natural. Por outro lado, por acção concertada e multilateral de um grupo de países ou cartel como por exemplo a OPEP que em algumas ocasiões estiveram na base da subida do preço do barril.

A actual crise do preço dos hidrocarbonetos para além de outras razões subjacentes (geopolíticas), tem a sua origem na própria dinâmica do mercado, nomeadamente o aumento da oferta mundial do petróleo e a redução da procura. Com objectivo de assegurar a médio prazo a sua independência energética, fundamentalmente do petróleo importado, os Estados Unidos de América vêm apostando na sua produção doméstica. Como ilustrado no quadro 1, entre 2012 e 2014 houve um aumento significativo da produção doméstica norte-americana em resultado de investimentos na exploração de petróleo de xisto.

Gráfico 3 - evolução dos preços 2002-2015 em USD

Fonte:Macrotrends, 2015¹

Enquanto maior consumidor mundial, a produção americana reflectiu na redução da sua procura, assim como contribuiu no aumento dos níveis de oferta global, sem que no entanto fosse acompanhado de ajustes pelos países da OPEP, que representam um terço da produção mundial².

O aumento dos níveis de produção e a fraca procura influenciada pelo contexto económico internacional, especificamente a fragilidade ou desaceleração económica nos países da União Europeia, Japão e na China precipitaram a queda do preço do barril. A tendência negativa do preço desta *commodity* pode perdurar caso a Arábia Saudita persiste em não ajustar a sua oferta e se efective o acordo nuclear entre o Irão e as grandes potências mundias, que poderá pôr fim as sanções internacionais que pesam sobre o regime iraniano e consequente normalização das relações económicas e políticas com o resto da comunidade internacional. Isto permitirá o retorno das exportações petrolíferas iranianas no mercado mundial.

¹ Disponível em www.macrotrends.net

² No intuito de evitar a perda da quota de mercado, mas também desestimular a produção de petróleo de xisto nos EUA, a Arábia Saudita, o principal fornecedor mundial de petróleo, resiste em efectuar cortes na sua produção diária mesmo sob pressão de alguns países da OPEP. Com ajustes na produção ou oferta espera-se que haja valorização do preço pela efeito escassez do produto no mercado.

Quadro 1 – Níveis de produção 2012 – 2014 (milhares de barris diários)

	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
Estados Unidos	8904	10069	11644
Arábia Saudita	11635	11393	11505
Angola	1784	1799	1712
Total do Mundo	86150	86579	88673

Fonte: EIA, 2015

A produção do Irão poderá contribuir para o acréscimo dos níveis de oferta mundial, agravando os receios de crise. Neste sentido, o equilíbrio dos preços no mercado dependerá de um acordo entre os exportadores da OPEP em ajustar suas produções internas (reduzir a oferta) para estimular os preços com efeito da escassez, tendo como premissa um possível aumento da demanda pelo petróleo.

A não efectivação desta previsão será economicamente constrangedor para países exportadores como Angola cuja a queda do barril trouxe complicações sócio-económicas como será abordado a seguir.

1.2.2.1 Os efeitos sócio-económicos da queda do preço em Angola

“um país que concentra as suas exportações num produto primário, relativamente ao qual possui uma vantagem importante, não aplica uma verdadeira estratégia de desenvolvimento (...) Trata-se de uma extroversão passiva, que visa obtenção de divisas, à falta de outras soluções ”

Frédéric Teulon (apud Carvalho, 2010, p.151)

Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana a seguir da Nigéria, com uma produção diária estimada em 1,7 milhões de barris³. Como ilustrado na figura 2, o país tem deste recurso energético a sua principal alavanca económica⁴.

O sector petrolífero tem sido o impulsionador do crescimento económico que se verificou neste país africano nos últimos anos. Entre 2005 e 2007, a economia angolana teve níveis de crescimento extraordinários, situando-se entre as que mais crescem no mundo, com o PIB a atingir 20,6% em 2005, 18,6% em 2006, e cerca de 23,2% em 2007 (OCDE -United Nations OSAA, 2010, p.40; MINPLAN,

³ Entre Janeiro e Julho de 2014 a produção do país sofreu uma queda devido a questão de manutenção dos antigos campos petrolíferos e da conjuntura internacional associado à baixa nos preços do crude que levou a redução dos investimentos.

⁴ O crude é o principal recurso de exportação de Angola, um vector essencial para sua sobrevivência económica, isto é, principal fonte de receitas e impulsionador do crescimento do PIB.

2012, p.15). Trata-se de um período caracterizado pela alta do preço de petróleo a nível internacional, flutuando entre os 90 e 110 USD por barril (veja-se o gráfico 3).

Figura 2 - Angola: o peso do petróleo na economia do país em percentagem (%)



Fonte: AEO, 2015/ CIA, 2015

Em 2008, apesar da crise económica e financeira mundial, a economia angolana conseguiu atrair cerca de 15,5 mil milhões de USD em investimentos directos estrangeiros, convertendo-se no segundo maior destino deste tipo de investimentos em África atrás da Nigéria que beneficiou de 20,3 mil milhões de USD. O sector petrolífero foi a principal atracção deste fluxo de capitais.

O *boom* petrolífero permitiu Angola gerar grandes fluxos financeiros. Em Setembro de 2015, as reservas internacionais líquidas de Angola eram avaliadas em 36,1 mil milhões de USD, caindo para 31,4 mil milhões de USD em Junho de 2014 em resultado da transferência para o Fundo Soberano de Angola (FSDEA) de 5 mil milhões de USD (FMI, 2015, p.6-7). Porém, a queda acentuada do preço de 100 para 47 USD por barril em 2014 teve um impacto no desempenho da economia angolana, entrando num período de desaceleração.

Com a desvalorização do crude as receitas angolanas para 2015 estimada em 64,1 mil milhões de USD sofreram uma quebra de 3,9% em relação aos valores de 2014 (AEO, 2015, p.3-4; Montepio, 2015). As dificuldades impostas por esta situação forçaram a adopção pelo executivo angolano de um conjunto de medidas económicas e financeiras, assim como à revisão do orçamento do Estado para 2015 (OER 2015)⁵ mediante um ajustamento médio do preço do barril de petróleo de 80 USD para 40 USD, documento aprovado em Março de 2015.

⁵ OER - Orçamento do Estado Retificado

Este ajuste orçamental provocou um défice nas receitas públicas na ordem dos 14 mil milhões de USD. Neste contexto o recurso à empréstimos internacionais é previsto subir para 9,9 mil milhões de USD, acima dos 2,4 mil milhões de USD alcançados em 2013 para cobrir o défice orçamental (AEO, 2015). Em busca de recursos financeiros para contornar os efeitos da crise, o país emitiu pela primeira vez os *eurobonds* avaliados em cerca de 1,5 mil milhões de USD. Para além disso, a redução das receitas petrolíferas deram origem a outras medidas adicionais a saber:

a) Fim da subvenção aos combustíveis

Numa tentativa de reduzir as despesas públicas face a crise o governo angolano fez corte das subvenções aos combustíveis. O preço dos derivados de petróleo assistiram uma subida de 22 % para gasolina (de 90 para 115 Kwanzas), 25% para gasóleo (de 60 para 75 Kwanzas) e petróleo iluminante 29% (de 35 para 45 Kwanzas).

Na generalidade os subsídios aos combustíveis representavam 4% do PIB angolano, representando metade dos gastos com a educação e saúde (FMI, 2015, p.15). Segundo o executivo angolano (apud Jornal de Angola, 2015), as medidas de ajustamento dos preços permitiram poupar um valor equivalente em 110 mil milhões de Kwanzas (8,1 mil milhões de USD) necessários para cobrir a despesa pública num contexto económico adverso de baixa das receitas petrolíferas. Porém, de ponto de vista social as medidas provocaram o agravamento do custo de vida no país, com a subida de alguns bens e serviços.

b) Restrições quantitativas nas transações financeiras para o exterior

No ano de 2015 foram adoptadas pelo executivo angolano uma série de medidas financeiras em que se destaca o decreto Legislativo Presidencial nº2/15 de 29 de Junho de 2015 que impõe a cobrança de uma taxa de 10% sobre as transferências monetárias para o estrangeiro, com excepção àquelas relacionadas com o tratamento de saúde e a educação no exterior do país. Com isso pretende-se controlar a saída de capitais, travar pagamentos excessivos em assistência técnica⁶ e repatriamento dos lucros de filiais locais de empresas estrangeiras, assim como proteger as reservas monetárias do país avaliadas em 25 mil milhões de USD.

A medida limitou o pagamento pelos bancos comerciais de divisas estrangeiras, como por exemplo o dólar americano, dificultando o acesso à moeda internacional para fins de importação de bens.

c) Escassez de bens e aumento da inflação

Para além das medidas financeiras, a crise provocou altos níveis de inflação em Angola, situando-se em 11,6% até Setembro de 2015. O contexto provocado pela queda do preço de petróleo precipitou a depreciação do *Kwanza* face ao dólar

⁶ Cerca de 9 mil milhões de USD em 2013.

americano, cuja cotação oficial em Agosto de 2015 foi de 116,70 AOA/USD, uma desvalorização de 28,8%, cerca de 14,7% abaixo da média de 2014 (Montepio, 2015, p.15).

Devido a excessiva dependência do país das importações, a escassez de divisas e a depreciação acentuada do *kwanza* elevou os custos de importação e consequente aumento da inflação. A cotação negativa do crude também incidiu no mercado laboral. Com a escassez de recursos financeiros o Estado a maior entidade empregadora teve de suspender para 2016 o enquadramento de novos funcionários públicos. Em mesma direcção, as entidades privadas também tiveram de adoptar medidas estratégicas de sobrevivência no contexto de crise.

No caso específico da indústria petrolífera, que emprega parte da mão-de-obra qualificada angolana, as principais operadoras do país nomeadamente a Cabinda Gulf Oil Company (Chevron), a Total, a British Petroleum (BP) e suas subcontratadas adoptaram políticas de contenção de custos (*cost reduction*) e novas estratégias de gestão. Todo este processo que visou a reestruturação organizacional e operacional resultou na redução da força de trabalho quer nacional, quer expatriada. No contexto doméstico, os despedimentos relegaram ao desemprego centenas de funcionários, agravando os índices de desemprego do país estimada em cerca de 26%.

2. A dependência do petróleo e as possíveis implicações securitárias

Como descrito atrás, para além dos efeitos económicos a crise petrolífera pode ter repercussões a nível de segurança a curto, médio ou longo prazo. Nesta análise o conceito de segurança ultrapassa a simples dimensão militar (ameaça militar) para incluir outros sectores vitais dos Estados, nomeadamente economia e o meio ambiente.

A curto prazo os efeitos recaem sobre o aumento da criminalidade urbana dado ao aumento das taxas de desemprego. A criminalidade é um dos principais factores de insegurança pública que tem afectado a sociedade angolana, de forma particular as cidades de Luanda, Cabinda e Benguela. Outrossim, eleva os níveis de exclusão social e pobreza que podem incidir no aumento da prostituição.

No plano geopolítico e estratégico a escassez de recursos financeiros provocado pela desvalorização do crude pode limitar o poder e a capacidade internacional do Estado na realização dos objectivos de política externa (interesse nacional). No plano de segurança económica e ambiental, a indústria petrolífera apesar de ser muito promissora e representar grande potencial económico para os Estados⁷, é também muito vulnerável. A indústria de hidrocarbonetos é um

⁷ Entre 2000 e 2008 gerou para o Estado da Nigéria cerca de 223 mil milhões de Usd em rendimentos; e em 2009, volta de 17 mil milhões de Usd para o governo da Guiné Equatorial.

dos sectores que mais contribui para poluição ambiental, isto é, libertação de dióxido de carbono (CO₂)⁸ e derrames petrolíferos que afectam o ecossistema.

É neste sentido que, por razões ambientais se pode perspectivar a médio ou longo prazo uma desvalorização estratégica do sector, com entrada das energias limpas (fontes energéticas alternativas). Os riscos e danos ambientais da produção petrolífera elevaram a consciencialização global sobre a necessidade de relocar investimentos para outros sectores energéticos promissores não fósseis (biocombustíveis, biomassas, eólica). Isto poderá repercutir negativamente para os petroestados que têm deste sector a sua principal fonte de sobrevivência económica como é o caso de Angola no contexto vigente.

Hoje como nunca antes, o meio ambiente, especificamente a questão do aquecimento global provocado pelo uso dos recursos energéticos, como por exemplo o petróleo, converteu-se num tema de topo na agenda internacional de segurança dos Estados. O esforço de limitação do uso destes recursos na dimensão industrial envolve quer entidades privadas, quer públicas como se verificou na Cimeira de Paris, França em 2015⁹.

No caso específico de Angola, a sensibilidade da ameaça da petrodependência a curto prazo é ilustrada pela vulnerabilidade do país às variações negativas do preço do barril no mercado internacional que provocou graves consequências sócio-económicas em diversos sectores da sociedade angolana. Na perspectiva a longo prazo recai sobre a fiabilidade económica e ambiental do sector com a entrada de outras fontes energéticas. É de recordar que, ao longo da sua história o sistema internacional teve em cada período um recurso energético primário. Até o início do século XX, o carvão era a principal fonte, tendo perdido a sua importância com a ascensão do petróleo como descrito anteriormente.

Neste período de crise de preços, de contenção de custos, e de estagnação económica internacional, de forma particular nas principais economias e consumidores de petróleo, há maior probabilidade de redução dos investimentos no sector petrolífero. Para Angola, cuja produção e reservas estão situadas na sua generalidade em *offshore* (no mar) e em águas profundas (*deep water*), requerendo elevados investimentos financeiros e tecnológicos¹⁰ pode confrontar-se com escassez de capitais para manutenção e desenvolvimento de novos activos.

Diante disto recomenda-se aos decisores políticos nacionais compromissos

⁸ Estima-se ser a fonte de cerca de 640,7 milhões de toneladas de CO₂ libertos para atmosfera.

⁹ Sob a égide das Nações Unidas (ONU) realizou-se de 30 de Novembro à 1 de Dezembro de 2015 em Paris, França, a Cimeira do Clima que contou com a presença de líderes de mais de 144 países do mundo, em que Angola se fez representar através do Vice-Presidente Manuel Vicente. O objectivo da cimeira era alcançar-se um acordo multilateral que obriga os países a reduzir os níveis de poluição mundial.

¹⁰ Em *offshore* de Cabinda, Soyo - Zaire e Luanda onde se concentra a principal produção e reservas petrolíferas de Angola. Com os níveis de exploração e consumo há grande probabilidade das jazidas atingirem a sua maturidade ou declínio, com consequências nas exportações do país.

sérios tendentes a diversificação económica, como solução para reduzir o grau da petrodependência económica do país. Para tal neste artigo seguem-se algumas propostas.

2.1 O imperativo da diversificação económica – possíveis sectores

A diversificação económica é um desafio, contudo é uma necessidade estratégica que requer políticas eficazes e acções concretas. A semelhança dos petroestados do Golfo Pérsico, com destaque a Emiratos Árabes Unidos, Bahrein, Koweit e o Qatar, cujas receitas petrolíferas alavancaram outros sectores da economia, ao ponto de criarem grande transformação sócio-económica, a fórmula é aplicável a Angola.

Nestes países do Médio Oriente os rendimentos petrolíferos foram capazes de promover a modernização das infraestruturas, a criação de novos empregos e melhoria dos indicadores sócio-económicos¹¹. É neste sentido que as propostas e recomendações deste artigo recaem sobre as seguintes áreas:

a) Agricultura

O petróleo representa cerca de 95% do total das exportações de Angola, sendo as máquinas, equipamentos, metais, veículos de transporte, e especificamente alimentos e produtos agrícolas representam as principais importações do país. Os custos associados à importação de produtos agrícolas podiam ser reduzidos com alocação de recursos financeiros para potenciar a agricultura nacional, um sector chave no quadro da estratégia de segurança alimentar de Angola.

O país detém vastos hectares de terras aráveis e imensas reservas hídricas. As reservas fundiárias demarcadas pelo Estado angolano em diversas províncias avaliadas em 167,7 mil hectares de terra (MINPLAN, 2012, p.23) podem ser utilizados racionalmente para o desenvolvimento da agricultura mecanizada que pressupõe a aquisição de máquinas agrícolas e a criação de uma rede sofisticada e eficiente de irrigação que aproveite as imensas reservas hídricas (rios, lagos, poços e lagoas).

O elevar da capacidade produtiva para além de assegurar a auto-suficiência do mercado doméstico permitirá também reduzir as despesas à importação de bens alimentares básicos. O sector poderá ajudar a promover a competitividade de Angola em relação aos parceiros da SADC no quadro da Zona de Livre Comércio que pretende aderir nos próximos anos¹².

b) Indústria (extractiva e transformadora)

Angola é um país com imensas potencialidades. É um mosaico mineral,

¹¹ A esperança de vida subiu para 74 anos; rendimento per capita equivalente a 12 mil Usd; PIB combinado avaliado em 340 biliões de Usd; e crescimento anual de cerca de 4%.

¹² As previsões de adesão de Angola apontavam para 2017.

cujo solo e subsolo jazem vários mineiros (ouro, diamantes, ferro, zinco) e uma vasta floresta tropical que racional e eficientemente aproveitados são capazes de impulsionar a industrialização através de polos geograficamente distribuídos¹³.

É fundamentalmente na indústria transformadora (transformação de matérias primas) que deve centrar-se todo esforço de industrialização do país. Por exemplo, no caso específico de Cabinda, com uma vasta floresta tropical, a exploração madeireira em vez de limitar-se no corte e exportação, devia-se construir internamente indústrias de transformação de madeira capazes de retirar dela outros derivados essenciais para o sector de construção civil, mas também para o fabrico de carteiras escolares.

A produção local serviria para responder a demanda interna no sector de construção civil, mas também o mercado externo através de exportações, reduzindo as despesas de importação, ao mesmo tempo que vai gerar novos postos de emprego.

Quanto a indústria petrolífera, para o melhor aproveitamento do gás excedente da produção de hidrocarbonetos, novas unidades de fabrico de LNG podiam ser construídos que para além de responder a demanda interna pelo gás, reduzirá a queima do gás, um problema ambiental. Outrossim, o gás natural pode também impulsionar a criação de várias centrais eléctricas térmicas necessárias para aumentar a capacidade de produção de energia eléctrica. Com isso minimizar-se-á o défice energético existente, assim como assegurar o funcionamento regular do sector industrial e o progresso sócio-económico das populações.

c) Turismo e infraestruturas

Para além do potencial mineral, Angola tem rica fauna e flora que podem ser potenciais fontes de atracção turística, quer doméstico, quer externo. Por se tratar de um sector promissor de ponto de vista de receitas, requer de igual modo uma atenção por parte de investidores públicos e privados. Contudo, a estabilidade política e infraestruturas são *sine qua non* para o sucesso da indústria.

Tomamos como exemplo, o Emiratos Árabes Unidos, um produtor de petróleo do Golfo Pérsico, cujo turismo tem sido uma grande fonte de receitas e crescimento do mercado laboral. Neste país do Médio Oriente o turismo representou em 2013 8,4% do seu produto interno bruto, gerando volta de 117,4 mil milhões de AED (31,8 mil milhões de USD). Por seu turno, assegurou 496 mil e quinhentos postos de trabalho, equivalente a 9,1% do total de empregos criados no país neste período (WTTC, 2014).

Neste país em questão estima-se que o turismo venha criar até 2024 cerca de 626 mil novos postos de trabalho. A diversificação da economia deste país em que o turismo é uma bandeira de visita, contou na sua generalidade com

¹³ De forma a estimular o desenvolvimento das regiões e minimizar os custos de transporte, os polos industriais devem ser construídos preferencialmente nas fontes das matérias primas.

investimentos financeiros provenientes das receitas petrolíferas, que permitiram desenvolver grandes infraestruturas hoteleiras, aeroportuárias, rodoviárias e turísticas. A fórmula de sucesso deste país pode ser aplicada também em Angola.

A modernização e construção de infraestruturas portuárias em principais regiões costeiras do país, como por exemplo o projecto do porto de águas profundas de Cabinda seria uma fonte de receitas, mas também de emprego. A localização estratégica da região entre a República do Congo e a República do Congo Democrático, o porto de águas profundas serviria de entreposto aduaneiro para o Congo Democrático, ao mesmo tempo que impulsionaria o comércio intra-regional.

É de salientar que o êxito das propostas apresentadas para além de factores exógenos (conjuntura política, económica e financeira internacional – capitais externos) é dependente fundamentalmente de factores de ordem endógena (vontade política, predisposição para o desenvolvimento, disciplina financeira, e acima de tudo, a qualidade da força de trabalho). É neste sentido que, uma reforma económicas e educativa focado no ensino técnico-profissional e de especialidade desde o nível básico ao superior baseado em padrões internacionais e nos modelos de países como a Alemanha são essenciais.

A adopção de um plano estratégico nacional que seja realístico e eficaz acaba por ser um imperativo nacional diante do contexto vigente. Logo, a diversificação económica é uma opção estratégica para libertar-se do dilema da petrodependência. As propostas apresentadas são em si uma resposta alternativa ao problema, como também a questão do desemprego e da criminalidade urbana que assolam a sociedade.

Conclusão

As consequências sócio-económicas originados pela queda de cotação do petróleo expuseram o grau de vulnerabilidade da economia angolana. A situação para além de ter reduzido a capacidade financeira do Estado, provocou o agravamento das condições de vida das populações.

Dada a crise o recurso a créditos ou financiamentos externos tem sido frequente para contornar a falta de liquidez. Isto pode conduzir ao sobreendividamento do Estado com implicações no seu posicionamento internacional em negociações multilaterais e decisões de elevada importância na agenda global, porquanto a situação tende a condicionar a soberania diante dos credores.

No plano doméstico, a falta de liquidez pode condicionar a capacidade do Estado em assegurar as suas responsabilidades soberanas, tornando-o mais vulnerável às ameaças transnacionais nomeadamente o terrorismo, narcotráfico e a imigração ilegal. É neste sentido que se deve assegurar a curto ou médio prazo

a diversificação das fontes de receitas a fim de se evitar cenários semelhantes no futuro e o impacto das flutuações do preço do petróleo na economia angolana. A diversificação económica, a gestão, aplicação eficiente e racional dos recursos financeiros e naturais são cruciais para sobrevivência do Estado.

Referências bibliográficas

- AEO - African Economic Outlook (2015) - "Perspectivas económicas em África: Angola". Paris: OECD Development Center. Disponível em WWW: <URL: http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/2015/CN_data/CN_Long_EN/Angola_GB_2015.pdf>.
- BP - British Petroleum (2015) - BP Statistical review of world energy June 2015. London: British Petroleum [online]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.bp.com/statisticalreview>>.
- CARVALHO, Rui Morreira de (2011) - Compreender África: fundamentos para competir no mundo. 2ª Ed. Lisboa: Temas e Debates - Círculos de Leitor.
- CIA - Central Intelligence Agency (2015) - "Angola". Washington DC: Central Intelligence Agency (CIA). Disponível em WWW :< URL: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>
- EIA- Energy Information Administration (2015) - International energy statistics 2010 - 2014. Washington, DC: US Energy Information Administration [online]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.eia.gov/forecasts/ieo/>>
- FMI - Fundo Monetário Internacional (2014) - "Angola". Relatório do FMI nº 14/274P. Washington: FMI.
- IEA - International Energy Agency (2015) - "World energy outlook 2015". Paris: IEA.
Disponível em WWW:<URL:<https://www.iea.org/Textbase/npsum/WEO2015SUM.pdf>>
- JA - Jornal de Angola (2013) - "Fim da subvenção dos combustíveis". 23 de Fevereiro de 2013 [online]. Luanda: Angola. Disponível em WWW: <URL: http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/fim_de_subsidios_aos_combustiveis_1>
- MINPLAN - Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2012) - "Plano nacional de desenvolvimento 2013 - 2017". Luanda: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial do Governo de Angola.
- Montepio (2015) - "Angola". Setembro de 2015. Lisboa: Montepio - Departamento de Estudos.
Disponível em WWW: <URL: <http://www.ciep.pt/attachments/article/141/ANGOLA.pdf>>
- OECD - United Nations OSAA (2010) - "Economic diversification in Africa: a review of selected countries". Paris: OECD.

- PULIDO, João G.; FONSECA, Pedro (2004) - O petróleo e Portugal: o mundo do petróleo e o seu impacto no nosso país. Lisboa: Tribuna da História.
- WTTC -World Travel and Turism Council (2014) - "Travel and tourism economic impact 2014: United Arab Emirates. London: WTTC.

Bibliografia

- BARROS, Manuel Agostinho (2012) - "O papel da África para a segurança energética global: o caso do Golfo da Guiné". Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- BARROS, Manuel Agostinho (2013) - "O Golfo da Guiné e a segurança energética global: oportunidades e desafios subjacentes à região". In Revista Lusíada de Política Internacional e Segurança nº 9. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- MINFIN - Ministério das Finanças (2015) - "Ajustamento dos preços dos derivados do petróleo". Luanda: Ministério das Finanças do Governo de Angola.
- MINFIN - Ministério das Finanças (2015) - "Relatório de fundamentação do orçamento geral do Estado". Luanda: Ministério das Finanças do Governo de Angola.